

Apresentação do dossiê

“Internacionalização da educação: tendências globais e desafios nacionais”

Ana Sheila Fernandes Costa¹
Universidade de Brasília

Abdeljalil Akkari²
Universidade de Genebra

Joiciane Aparecida de Souza³
Haute Ecole Francisco Ferrer

Na atualidade, especialistas em educação têm se dedicado ao debate relativo à existência de políticas educacionais nacionais à luz de padrões e conceitos trazidos pela globalização. Este dossiê temático mostra que apesar das pressões e orientações exercidas pela globalização neoliberal e pelas Organizações Internacionais (OIs), ainda existe espaço para as políticas educacionais nacionais que levam em conta a vinculação histórica da educação, as relações de força no espaço educacional e as dinâmicas específicas dos atores educacionais (professores, pesquisadores, técnico-administrativos, gestores, etc.).

Em nível nacional e internacional, pesquisadores têm se debruçado, a partir de diferentes quadros teóricos e abordagens metodológicas, em compreender o fenômeno que neste dossiê denominaremos de internacionalização da educação. A diversidade de enfoques, perspectivas de análises e terminologias adotadas refletem a complexidade do tema, como podemos observar nos estudos desenvolvidos por Bourdon (2002); Laval e Weber (2002); Dale (2004); Robertson e Dale (2002); Beech (2006, 2009, 2012); Akkari (2011); Lauwerier e Akkari (2011); Costa (2015); Oliveira (2020); Ball (2020); Verger (2019); Shiroma (2020), entre outros.

As perspectivas apresentadas por Lange e Henaff (2015) nos fornecem pistas para o entendimento dos entrelaçamentos entre globalização e internacionalização enquanto fenômenos concomitantes, porém distintos. Para os autores a internacionalização da educação abrange diferentes processos gerados tanto pelo rápido desenvolvimento da

¹ Doutorado em Ciências da Educação. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, (DF) Brasil. E-mail: anasheila@unb.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3724711272294120>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3714-0579>. ² Doutorado em Ciências da Educação. Universidade de Genebra, Genebra, Suíça. E-mail: abdeljalil.akkari@unige.ch; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4396-2635>.

³ Doutorado em Ciências da Educação. Haute Ecole Francisco Ferrer, Bruxelas, Bélgica. E-mail : joiciane.desouza@he-ferrer.eu; ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-0455-1155>.

educação no mundo, quanto pelo crescente intrincamento dos sistemas de governança da educação em escalas diferentes, do internacional ao local, incluindo o sub-regional e o nacional. A internacionalização, cuja materialidade se apoia na existência dos Estados- Nação, consiste em atravessar fronteiras que a globalização tende a apagar. Por outro lado, a globalização levaria quase que inevitavelmente à adoção de posições categóricas derivadas de uma visão polarizada (de um lado, um discurso uniformizado justificado pela ciência, em grande parte fabricado no Norte e “transportado” pelas organizações internacionais, portador de progresso e justiça social; e do outro, a rejeição desse discurso marcado ideologicamente e de propostas não menos ideológicas). Abordar, portanto, as questões relativas à evolução dos sistemas educacionais, da reforma das políticas educativas e das mudanças de suas práticas do ponto de vista da internacionalização permitiria, segundo os autores, ir além da bipolarização para evidenciar os processos complexos que estão na ordem do dia, tendo em conta o conjunto dos atores sociais envolvidos.

Em linhas gerais, os estudos sobre a internacionalização da educação têm evidenciado a existência de uma agenda global estruturada nas últimas décadas, com a atuação cada vez mais evidente das OIs, enquanto portadoras de um discurso hegemônico sobre educação. Como sujeitos de um dos níveis mais significativos pelos quais opera a globalização, as OIs têm sido analisadas como entidades supranacionais fundadas com base em acordos multilaterais com os Estados e apresentam papel fundamental na construção dessa agenda estruturada para a educação e na definição de prioridades para os diferentes países (Dale; Robertson, 2002).

O alcance das OIs e sua busca por legitimação hegemônica nos países do Sul, em particular em países latino-americanos, pode ser observada pela presença progressiva de suas representações e pelo desenvolvimento de projetos e programas dirigidos à Educação Básica. Ações que possuem como importante marco o movimento de Educação para Todos, nos anos de 1990, capitaneado por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e suas representações regionais. Essas organizações têm atuado nas diferentes regiões em conformidade com suas especificidades institucionais e níveis de permeabilidade pelos Estados nacionais. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (objetivo 4) reflete a progressão dessa busca por tornar as políticas educacionais ainda mais globais.

No conjunto das iniciativas empreendidas pelas OIs destacamos a atuação da OCDE, que apesar de sua origem com foco econômico, tem atuado na educação como um “Ministério global” que direciona e homogeneiza políticas educacionais de países com percursos históricos e sistemas educacionais muito distintos. O *Programme for International Student Assessment*

(PISA)⁴, embora não seja uma avaliação obrigatória, converteu-se em instrumento central de governança dos sistemas educacionais; em evidência internacional e referência para se discutir a qualidade e em uma das principais ferramentas para avaliar a eficiência dos sistemas educacionais e de seus docentes (Feldfeber, 2019). O PISA e a *Teaching and Learning International Survey* (TALIS)⁵, por meio do levantamento e sistematização de dados de ensino e aprendizagem, teriam o objetivo de apoiar os países a “avançar em sua agenda de reformas”.

A coalizão das OIs com uma diversidade de atores públicos e privados, como ONGs internacionais, movimentos sociais transnacionais e empresas multinacionais; sua grande capacidade de articular para a busca de objetivos comuns e a ação voluntária, de acordo com Faria (2018), têm sido utilizadas por essas instituições como estratégias para se legitimarem em nível nacional, contornar sua baixa autoridade, carência de recursos e a pequena autonomia em relação aos Estados membros. Essas estratégias junto a diferentes intermediários estariam contribuindo para a garantia de sua efetividade, poder e autonomia, sem que tenham que arcar com os custos políticos da regulação direta ou “dura”.

O olhar sobre a agenda educacional de caráter global nas últimas décadas é revelador de uma internacionalização com tendência a harmonização e padronização dos sistemas educacionais, à disseminação de “boas práticas” e “evidências”, e a uma marcante semelhança entre as reformas educacionais conduzidas pelos países em seus currículos, na gestão, na avaliação, na formação e organização do trabalho docente. Dinâmicas que têm contribuído para uma progressiva privatização dos serviços educacionais.

Quadro que foi agravado pelos novos desafios trazidos pela pandemia de Covid-19, em que governos de países de todo o mundo tiveram que adotar políticas e medidas para dar continuidade à oferta educacional nos diferentes níveis e modalidades de ensino. O ensino remoto e a plataformação da educação ganharam impulso nesse período, trazendo à tona e agravando as desigualdades sociais, educacionais e de acesso às tecnologias digitais e dispositivos eletrônicos em diferentes regiões do globo e para a educação pública, em especial. Concomitante a esse processo, circularam documentos elaborados por OIs com orientações para a retomada das atividades pelos sistemas educacionais e, posteriormente, diagnósticos acerca da perda de capital humano, aumento das desigualdades, intensificação da crise de aprendizagem e de problemas socioemocionais. Propostas para a recuperação das aprendizagens, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para tornar os sistemas educacionais mais eficientes, equitativos e resilientes, foram delineadas em diversos relatórios publicados por essas instituições nos últimos anos (Oliveira; Feldfeber, 2023).

⁴ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

⁵ Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem

De outra parte, se dirigimos a atenção sobre as especificidades da internacionalização da Educação Superior, verificamos que tampouco trata-se de um rio calmo que flui sem armadilhas, mas que constitui-se um processo tumultuado e incerto (De Wit, H.; Altbach, 2021). Ela pode, inclusive, vivenciar paradas ou declínios, como vimos claramente durante a pandemia do Covid-19, quando a mobilidade de estudantes e pesquisadores praticamente parou durante quase dois anos.

O próprio conceito de internacionalização deve ser questionado, em particular para expandi-lo ao Sul Global e libertá-lo da hegemonia ocidental, visto que a internacionalização é acima de tudo uma verdadeira abertura da universidade ao mundo (Tight, 2022). Além disso, muitos pesquisadores evidenciaram uma tendência prejudicial que conduz certas universidades de prestígio a colaborarem entre si como um clube de escolhidos e privilegiados, deixando outras universidades à margem da internacionalização. Esta é a ideia por trás da noção de *World Class Universities* (Universidades de Classe Mundial) enquanto corrida mundial pela excelência acadêmica (Lee et al., 2020; Alsawaha et al., 2021).

Os imperativos do desenvolvimento sustentável e do destino comum da humanidade trouxeram um novo fôlego ao conceito de internacionalização na medida em que a Educação Superior deve examinar o seu papel e a sua responsabilidade social no alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) até 2030 (Jones et al., 2021). Uma Educação Superior internacionalizada não pode se permitir esquecer sua missão de solidariedade com os mais vulneráveis e o seu papel como bem público (Allais, 2020; Cantor, 2020).

Compreendendo que internacionalização da educação transversaliza os diferentes níveis e modalidades de ensino, o público e o privado, e com o intuito de romper com a fragmentação existente na análise da temática devido a recortes teóricos, metodológicos ou temáticos (Lange e Henaff, 2015), neste dossiê propomos integrar artigos científicos que abordem o tema em tela, tanto em nível da Educação Básica quanto do Ensino Superior. Entendimento que conduz à necessidade de uma análise crítica, historicizada e contextualizada das implicações da internacionalização sobre os diferentes sistemas educacionais nacionais. Para esse fim, os seguintes questionamentos foram formulados: em que medida os discursos e práticas educacionais internacionais têm sido apropriados, traduzidos (ou não) em políticas, programas e ações pelos sistemas educacionais, em nível nacional? Como construir políticas e práticas educacionais mais democráticas, autônomas e pertinentes, mediante uma tendência e a presença cada vez mais impositiva do internacional?

O dossiê encontra-se estruturado em três seções integradas. A primeira apresenta a entrevista com a Profa. Dra. Rossana Valéria de Souza e Silva que compartilha com os/as

leitores/as sua experiência consolidada na gestão da internacionalização da Educação Superior, onde tem atuado em ações em nível nacional, regional e internacional.

A segunda seção do dossiê é composta por 14 artigos e a terceira por dois relatos de experiência. Desse total de 16 estudos, oito pertencem a autores nacionais de diferentes regiões brasileiras; dois são fruto de colaboração entre autores brasileiros e pesquisadores do México e Portugal, respectivamente, e uma colaboração de pesquisadores da Suíça e do Canadá. Um total de cinco artigos são de autores internacionais oriundos da Argentina, Bélgica e México.

Do conjunto de artigos que integram o presente dossiê, 10 foram redigidos em português, dos quais três possuem versão em inglês. Três artigos foram escritos em língua francesa, destes, dois possuem traduções para o português e um para o inglês. Entre os três artigos redigidos originalmente em espanhol, um possui versão também em língua inglesa.

O dossiê sistematiza as contribuições de professores e pesquisadores da Educação Básica e Superior, especialistas e corpo técnico implicados diretamente na internacionalização da Educação Superior e estudantes de pós-graduação. A variedade de países de origem e regiões dos autores, idiomas e instituições de atuação, refletem em que medida a temática em questão interpela os diferentes atores implicados, suas consequências em nível dos discursos, mas também das práticas, dos projetos e programas adotados para seu enfrentamento.

A diversidade de temáticas contidas nos artigos revela a complexidade do tema e nos permite compreender as abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas adotadas. Encontrarão neste dossiê estudos que abordam a internacionalização da educação a partir de suas influências sobre as reformas nos sistemas educacionais em diferentes países, sobre distintos níveis e modalidades do ensino e, ainda, artigos que exploram dimensões do ensino como a gestão, o currículo, a avaliação, a formação de professores, as políticas educacionais e a gestão dos sistemas.

Um conjunto importante de artigos problematizou a emergência de uma variedade de atores internacionais, supranacionais e privados no campo educacional, engendrada pelo declínio gradual do monopólio do Estado sobre o campo educacional, com destaque para a presença das OIs. Instituições que, no desempenho de seu papel ideológico, influenciam a definição de diretrizes políticas para os Estados e contribuem para a legitimação de determinadas instituições e práticas em nível nacional, refletindo orientações favoráveis às forças sociais e econômicas dominantes. Esse grupo de estudos evidencia, portanto, que a influência das OIs pode se materializar, em grande medida, por meio da cooptação das elites dos países periféricos e absorção de ideias contra hegemônicas (Cox, 2007), mediante parcerias com uma variedade de atores locais. Os artigos a seguir interpelam o nível de permeabilidade das diretrizes/orientações propaladas por essas instituições nos sistemas educacionais, na

formação (reconhecimento e validação de qualificações) e nos currículos, em escala internacional, regional e nacional.

O artigo de Maria Abádia da Silva e Alexandre Marinho Pimenta “*Banco Mundial e OCDE como profetas de internacionalização da Educação Básica*” sobre as influências do Banco Mundial e OCDE na reforma do Ensino Médio, evidencia alinhamentos e convergências entre essas instituições e as políticas para a Educação Básica pública no Brasil. Argumentam que a atuação de empresas, fundações e institutos privados ocultariam formas de privatização que diluem direitos sociais e favorecem os imperativos da acumulação capitalista.

Na mesma direção, a investigação compartilhada por Bruno Nicolau Cerine da Cruz, Jorge Henrique de Lima Monteiro, Telma Adriana Pacifico Martineli “*O Projeto Principal de Educação e a internacionalização da reforma curricular latino-americana: reverberações na BNCC*”, analisou as orientações emanadas pela UNESCO que orientaram o Projeto Principal de Educação e a reforma curricular na América Latina, em particular a BNCC no Brasil. Partem do questionamento sobre como esses pressupostos e princípios teriam se ramificado e incorporados aos currículos da Educação Básica de países latino-americanos e como estão materializados nesses documentos.

Dirigindo suas análises sobre o movimento internacional voltado à inclusão educacional conduzido por agências pertencentes a ONU como a UNESCO, o artigo de Joaquim Sieber, Stéphanie Bauer e Corina Borri-Anadon, “*Des discours internationaux de l’inclusion à leur traduction locale: conceptions d’enseignants à propos d’une réforme d’intégration- inclusion dans le canton de Berne (Suisse)*”, indaga as influências desses diretrizes sobre as reformas educacionais desencadeadas na Suíça com o objetivo de tornar seu sistema mais inclusivo e quais os impactos sobre os professores. Para tanto, apresentam os resultados de entrevistas realizadas com professores do Cantão de Berne, a fim de compreender suas concepções em torno da reforma para o processo de integração-inclusão em curso.

Com foco no Ensino Superior, o artigo intitulado “*El Reconocimiento de las cualificaciones relativas a la Educación Superior en América Latina y el Caribe a partir de la vigencia del Nuevo Convenio Regional*”, de Paulo Andrés Falcón, direciona sua análise sobre o movimento de reconhecimento das qualificações relativas ao Ensino Superior desencadeado pela UNESCO a partir da revisão de convenções regionais aprovadas para o período 2014-2021. Com ênfase na nova Convenção Regional sobre Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe, aprofunda seu olhar sobre a adoção das orientações pela Cidade Autônoma de Buenos Aires, a partir de 2022.

Também com foco nas atuações das OIs sobre os sistemas educacionais, três artigos analisaram como os modelos e concepções de avaliação disseminados por essas instituições, em

especial a OCDE, influenciam e modificam os sistemas educacionais em nível regional e nacional. A partir do levantamento e sistematização de elementos que emergem da tradução/assimilação de diretrizes internacionais, os autores buscaram demonstrar como sua operacionalização ocorre nos contextos nacionais.

O artigo de Fabiano Antonio dos Santos, Isaura Monica Souza Zanardini, João Batista Zanardini e Hellen Jaqueline Marques, sob o título “*A internacionalização da educação e a construção de sistemas de avaliação de classe mundial para a América Latina*”, questiona a adoção de sistemas de avaliação de classe mundial por países de latino-americanos, a partir de documentos sobre a avaliação na América Latina produzidos pela Unesco, Banco Mundial e OCDE, no período de 1990 a 2019.

Lucrecia Rodrigo e Axel Kesler em seu artigo “*Las habilidades socioemocionales en los programas de evaluación de la educación. Discursos internacionales y experiencias locales*” nos brinda, a partir da experiência de avaliação educacional argentina, com a abordagem da educação emocional presente nas propostas de avaliação de CABA (Cidade Autônoma de Buenos Aires), impulsionada por organizações internacionais. Perspectiva que segundo os autores está fundamentada em referenciais da psicologia positiva, nas teorias da inteligência emocional e em modelos de competência que fomentam discursos de individualização do social na área escolar.

Com foco na experiência pernambucana, o artigo de Divane Oliveira de Moura Silva e Kátia Silva Cunha “*As transformações discursivas na avaliação educacional: um estudo das lógicas políticas nas metas pernambucanas*”, problematiza a adoção do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação pela política de avaliação educacional do Estado. Referenciadas na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), analisam e discutem o neoliberalismo, o gerencialismo e o globalismo como forças discursivas da “modernização” que influenciam as políticas avaliativas educacionais. Discursos de modernização que seriam representativos de uma cooperação e articulação bem-sucedida de organismos internacionais e de parcerias público-privadas.

As redes de colaboração enquanto estratégia de incremento da internacionalização da Educação Superior são objeto de dois artigos. Com o título “*A internacionalização da educação superior no Brasil: o programa capes-print e a cooperação acadêmica internacional*”, o artigo de autoria de Marília Costa Morosini, Jocelia Martins Marcelino, Manuir José Mentges e Vanessa Gabrielle Woicolesco nos presenteia com uma análise detalhada sobre como as estratégias de cooperação acadêmica e das redes colaborativas estabelecidas pelas universidades que participam do programa CAPES PrInt podem contribuir para a consolidação da Internacionalização da Educação Superior no país. Enfatizam a relevância do

trabalho em redes colaborativas entre as universidades como mecanismo de enfrentamento dos desafios impostos por processos de internacionalização que, em grande medida, desconsidera as particularidades da região. Aportam, ainda, importantes contribuições para análise das mudanças nas formas de se operar a internacionalização, baseadas na tecnologia e inovação, intensificadas pela Pandemia de Covid-19.

No artigo “*La cooperación como estrategia para la internacionalización de la educación*”, Roberto Escalante-Semerena e Patricia Avila-Muñoz se apoiam na premissa da utilização das redes de colaboração e inovação para ampliar sua cobertura por meio do emprego de modelos educacionais baseados nas tecnologias da informação e comunicação. Elementos que contribuiriam para a criação de um contexto propício à internacionalização da Educação Superior e ao desenvolvimento de atividades de intercâmbio e pesquisa. Apontam que a pandemia permitiu testar diferentes modelos educacionais, sendo os híbridos os mais aceitos, bem como experimentar e avaliar o potencial da utilização da tecnologia. A colaboração internacional proporcionaria benefícios que se traduzem em uma oferta educativa diversificada e adaptada às necessidades institucionais, além de fortalecer as relações entre os atores e gerar oportunidades de aproximação entre as Instituições de Educação Superior (IES) de diferentes países e contextos culturais.

O conjunto de artigos que seguem, a partir do relato de experiências concretas de formação, relevam em que medida os discursos hegemônicos se traduzem e “sedimentam” propostas e ações em sistemas educacionais específicos. Evidenciam que apesar da existência de diretrizes globais que constroem os sistemas, a forma como cada reforma é traduzida possui características particulares independente da universalidade dos discursos propostos que explica os diferentes destinos de uma reforma (Lange; Henaff, 2015). Coloca-se em questionamento pelos autores quais os modelos de formação mais adequados e pertinentes para uma educação de qualidade e trajetórias profissionais, em seus respectivos contextos. Revelam a contradição de uma formação para o atendimento do discurso hegemônico e mercadológico e de uma formação pertinente às trajetórias e contextos historicamente situados.

O relato de experiência intitulado “*Les politiques éducatives et les adultes en reprise d’études en Belgique Francophone : quels modèles ? Quelles motivations ? Quels freins et quels atouts ?*”⁶ de Raehda Kabir e Joiciane Aparecida de Souza, analisa o regresso de estudantes adultos ao Ensino Superior belga francófono. Os autores identificam e apresentam as políticas educacionais implementadas pelo governo belga e em nível institucional para promover o retorno desses adultos às Instituições de Ensino Superior. Por meio de entrevistas e

⁶ As políticas educacionais e os adultos que regressam aos estudos na Bélgica francófona: quais modelos? Quais motivações? Quais obstáculos e quais recursos?

questionários aplicados a mais de 60 participantes, apresentam os fatores que influenciam o seu retorno, bem como os efeitos desse regresso sobre as suas trajetórias sociais e profissionais. Por fim, o estudo apresenta a proposta de um modelo de formação específico, adaptado às necessidades e expectativas dos adultos que regressam aos estudos, baseado em quatro características principais: flexibilidade, qualidade, acompanhamento e valorização.

O relato de experiência de Anas Zaytouni, intitulado “*Pédagogies actives et internationalisation*”⁷, também situado no contexto belga francófono, nos brinda com uma reflexão de âmbito histórico e político sobre a internacionalização e implementação das metodologias ativas. Fenômeno que desencadearia um aumento na oferta privada de escolas com essa proposta, em diferentes países, favorecendo a adequação das instituições às expectativas da economia de mercado. Para se contrapor a esse fenômeno e democratizar as escolas em metodologias ativas, o autor relata a união de forças entre a *Haute Ecole Francisco Ferrer* e a *Université libre de Bruxelles – ULB* para criar o curso de formação continuada destinado a professores em exercício: o certificado universitário em metodologias ativas, respondendo a uma necessidade de posicionamento institucional ético, solidário e humanista.

O artigo de Leonardo Bezerra do Carmo e Kátia Augusta Curado P. C. da Silva, com o título “*Perspectivas de formação continuada no Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá/2019 - entre o real e o oficial*”, busca compreender a perspectiva de formação continuada presentes nos documentos oficiais do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica pública, promovido no Canadá por meio de parceria entre a CAPES e o CICan (Colleges and Institutes Canada). A partir da análise dos documentos orientadores do programa e aplicação de questionário aos professores participantes, os autores apresentam as contradições presentes na proposta formativa que propiciou desafios e oportunidades que extrapolaram o aspecto pedagógico-acadêmico, aportando contribuições do ponto de vista cultural, contato com novos idiomas, etnias, mas que por outro lado suscitou questionamentos sobre as perspectivas teóricas adotadas pelo programa e a realidade dos docentes, suas motivações e expectativas.

Os artigos que seguem, com foco na internacionalização da Educação Superior, abordam mudanças visíveis nesse âmbito, desencadeadas pelos movimentos de globalização e introdução das tecnologias da informação, intensificadas pela Pandemia de Covid-19. Destacam as mudanças de paradigmas, alinhamentos e proposições para contrapor e resistir a

⁷ Metodologias ativas e internacionalização.

mudanças aportadas por processos de internacionalização de caráter econômico, que podem induzir ou mesmo aprofundar a segmentação dos sistemas.

Luísa Cerdeira; Alda Maria Duarte Araújo Castro e Sirlei de Lourdes Lauxen no artigo “*Política de internacionalização da educação superior como estratégia da agenda global: tendências atuais*” analisa e pontua mudanças no modo de operar a internacionalização, mediante a implementação de diretrizes globais específicas e a incorporação das tecnologias da informação e da comunicação. Respaladas em uma análise documental e de séries históricas, destacam as transformações vivenciadas pela mobilidade acadêmica e as barreiras ainda presentes nos países da periferia do capitalismo. Discutem, ainda, o crescimento do viés mercantilista priorizado pelas OIs no debate sobre a internacionalização do Ensino Superior, que privilegiaria países com universidades no topo dos rankings internacionais.

No artigo “*A história das políticas do Estado brasileiro para sua diáspora científica e tecnológica*”, Alex Guedes Brum se debruça sobre a história das políticas do Estado brasileiro para sua diáspora científica e tecnológica. Apresenta as mudanças de paradigmas nas últimas décadas quanto a emigração qualificada e relata o processo histórico que conduziu o Estado brasileiro na formulação de políticas voltadas à constituição de sua diáspora científica e tecnológica. O autor detalha um conjunto de políticas e programas implementados como respostas dos países para seus emigrantes qualificados, as quais incentivaram ou regulam esses fluxos. Por fim, demonstra a existência de alinhamento entre as políticas brasileiras que incidem sobre a Educação Superior e a emergente tendência mundial de criar políticas de vinculação para suas diásporas científicas e tecnológicas.

O artigo de José Vieira de Sousa e Edson Machado de Sousa Filho “*Internacionalização da educação superior no Brasil: presença de estudantes estrangeiros matriculados em curso de graduação em 2022*”, tem como objeto de investigação a avaliação institucional externa em sua relação com a internacionalização da Educação Superior brasileira. A partir de dados do Censo de 2022, sistematiza informações relativas à presença de estudantes de graduação no Ensino Superior brasileiro (número de matrículas, país de origem, entre outros). Com base em dados coletados também no Questionário do Estudante do Enade 2021, discutem em que medida as ações de internacionalização das IES brasileiras são mensuradas em instrumentos da política avaliativa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para finalizar, buscam identificar e debater a inserção da internacionalização como indicador da política avaliativa do Sinaes.

Por fim, com o objetivo de realizar um mapeamento das produções acadêmicas que exploraram o tema em tela, o artigo “*A produção do conhecimento sobre Internacionalização*

da Educação Superior na América Latina (2012-2022)” de Egeslaine de Nez, Franciane Maria Araldi, Diana Erika Cruz Jiménez e Juliana F. Serraglio Pasini, adotaram como referência as dissertações e teses brasileiras, assim como artigos de periódicos latino-americanos produzidos entre os anos 2012 e 2022. Os resultados demonstram que o tema tem ganhado força e suscitado interesse na última década por parte de autores e autoridades educacionais. O mapeamento realizado nos oferece uma visão clara sobre as temáticas abordadas, os anos com maior incidência de estudos, os países de publicação das revistas e a frequência dos artigos, os autores mais citados no referencial teórico dos artigos analisados, entre outros elementos.

Com as discussões apresentadas ao longo deste dossiê temático esperamos contribuir na divulgação e ampliação do tema em tela que tanto tem desafiado a educação nos diferentes países e regiões. A sistematização deste trabalho só foi possível graças à generosa colaboração dos autores que compuseram o dossiê e à valiosa parceria dos pareceristas Ad Hoc e revisores/as, a quem dirigimos nosso mais sincero reconhecimento, respeito e agradecimento.

Dirigimos um agradecimento especial ao convite feito pela comissão editorial da Revista Educação e Políticas em Debate e ao apoio dispensado por vocês e por sua equipe durante todo o percurso de organização desta edição.

Na expectativa de que os textos que integram este dossiê possam conduzir a frutíferos debates, questionamentos e reflexões, desejamos a todos/as uma excelente leitura!

Referências

AKKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

ALLAIS, S.; UNTERHALTER, E. ; MOLEBATSI, P. ; POSHOLI, L. ; HOWELL, C. *Universities, the public good, and the SDG 4 vision*. Grading goal four (pp. 135-155). Brill, 2020.

ALSAWAHA, A. M.. AL-ALAWI, A. I. ; AL-JAYYOUSI, O. A Critical Literature Review of World-Class Universities: Characteristics, Enablers, and Strategies. *International Journal of Innovative Science and Research Technology*, v.6, n.3, p.505-513, 2021.

BALL, Stephen. *Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BEECH, J. . *Las agencias internacionales, el discurso educativo y las reformas de la formación docente en Argentina y Brasil (1985-2002): un análisis comparado*. (Documento de Trabajo n° 20). Argentina: Escuela de Educación de la Universidad de San Andrés, 2006.

BEECH, J. (2012). Quem está passeando pelo jardim global? In: COWEN, R. KAZAMIAS, A.M.; UNTERHALTER, E. *Educação comparada: panorama internacional e perspectivas* Brasília: UNESCO, 2012. p.413-434.

BEECH, Jason. A internacionalização das políticas educativas na América Latina. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, jul/dez 2009. p. 32-50.

BOURDON, J. La Banque mondiale et l'éducation, ou: est-il plus simple de construire de grands barrages que de petites écoles ?. *Économies et Sociétés*, n. 40, p. 501-532, 2002.

CANTOR, N. Transforming the Academy: The Urgency of Recommitting Higher Education to the Public Good. *Liberal Education*, v.106, n.1-2. 2020.

COSTA, A. S. F. *La formation et la professionnalisation des enseignants au Brésil: entre politiques éducatives, formation et travail*. 2015. Thèse (Doctorat en sciences de l'éducation) - Faculté de Psychologie et Sciences de l'Éducation, Université de Genève, Genève, 2015.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: Gill, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 101-124.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DALE, R.; ROBERTSON, S.L. The Varying Effects of Regional Organisations as Subjects of Globalisation of Education. *Comparative Education Review*, [Special Issue on Globalisation and Regionalisation], v. 10, n.1, p.37-66, 2002. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/324052?journalCode=cer>. Acesso em: 15 abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1086/324052>

DE WIT, H. ; ALTBACH, P. G. Internationalization in higher education: Global trends and recommendations for its future. In: ____ *Higher Education in the Next Decade*. Leiden: Brill, 2021, p. 303-325.

FARIAS, C. A. P. Organizações internacionais: entre a governança global e as políticas públicas nacionais. In: ____ *Políticas públicas e relações internacionais*. Brasília: Enap, 2018. p. 47-60.

FELDFEBER, M. La docencia en la agenda global. Una lectura desde las propuestas de los organismos internacionales. Voces en el Fénix, *Revista del Grupo Fénix*, n.75, p. 18-25. 2019.

JONES, E. ; LEASK, B., BRANDENBURG, U. ; DE WIT, H. Global social responsibility and the internationalisation of higher education for society. *Journal of Studies in International Education*, v.2, n. 4, p.330-347. 2021.

LANGE, M. F; HENAFF, N. Politiques, acteurs et systèmes éducatifs entre internationalisation et mondialisation. *Revue Tiers Monde*, v. 223, n. 3, 2015, p. 11-28. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2015-3-page-11.htm>. Acesso em: 06 jun. de 2021

LAUWERIER, T.; Akkari, A. Repenser l'influence de la Banque mondiale sur les politiques d'éducation, *McGill Journal of Education/Revue des sciences de l'éducation de McGill*, v. 46, n. 3, p. 343-362. 2011.

LAVAL, C.; WEBER, L. (coord.). Le nouvel ordre éducatif mondial OMC, Banque mondiale, OCDE, *Commission européenne*. Paris: Syllepse, 2002.

LEE, J.; LIU, K.; WU, Y. Does the Asian catch-up model of world-class universities work? Revisiting the zero-sum game of global university rankings and government policies. *Educational Research for Policy and Practice*, v.19, p.319-343. 2020.

OLIVEIRA, D. *Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o PISA na educação brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

OLIVEIRA, D.; FELDFEBER, M. La docencia en la agenda de los organismos internacionales. La formación del capital humano y la pandemia como catalizador. In: THISTED, S. I.; BARTOLOZZI, E.; MARTINEZ, M. E. Trabajo docente en pandemia y pospandemia: lecturas desde América Latina. *Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Libro digital*, p.17 - 41. 2023. Disponível em: file:///C:/Users/Adm/Downloads/Estrado_TrabajoDocenteenpandemiaypospandemia.LecturasdesdeAmricaLatina.pdf. Acesso em: 02 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, Buenos Aires, v. 5, p. 1-22. 2020.

TIGHT, M. Internationalisation of higher education beyond the West: challenges and opportunities—the research evidence. *Educational Research and Evaluation*, v. 27, n.3-4, 239-259. 2022.

VERGER, A. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019.